



**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº. 001/2025**

CADERNO DE PROVAS E GABARITO

ADVOGADO CREAS

- Você recebeu sua folha de resposta e este caderno contendo 20 questões objetivas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia atentamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque na folha de resposta com caneta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 3 horas, já incluindo o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída da sala e do prédio após transcorridos 60 minutos do início da prova.
- Os três últimos candidatos permaneceram na sala até que o ultimo candidato entregue seu caderno de questões e folha de respostas.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas assinada e este caderno com todas as páginas rubricadas, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado abaixo, para futura conferência.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE PROVA

NOME DO CANDIDATO:

Letra Legível (não é assinatura)

RESPOSTAS:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20



**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº. 001/2025**

ADVOGADO CREAS

1. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), assinale o serviço considerado de média complexidade, normalmente realizado no CREAS:

- A) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.
- B) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa.
- C) Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.
- D) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

2. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a assistência social é:

- A) Política contributiva assegurada aos beneficiários da previdência social.
- B) Serviço prestado exclusivamente mediante cadastro prévio em programas governamentais.
- C) Política não contributiva, com responsabilidade compartilhada entre a União, Estados e Municípios.
- D) Benefício eventual condicionado a prévia comprovação de renda familiar per capita inferior a ¼ do salário mínimo.

3. Nos termos do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), em casos de risco à integridade da pessoa idosa, é possível aplicar medidas protetivas de urgência, como o afastamento do agressor:

- A) Somente após sentença penal condenatória.
- B) Somente com a concordância da família da vítima.
- C) Independentemente de ação penal, como medida de urgência.
- D) Mediante autorização exclusiva do Ministério Público.

4. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) assegura prioridade absoluta à proteção integral. Em caso de risco, para proteção e garantia de direitos quais medidas podem ser aplicadas?

- A) Medidas socioeducativas.
- B) Restritivas de liberdade.
- C) Colocação em família substituta.
- D) Advertência, obrigação de reparar o dano ou prestação de serviços à comunidade.



5. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD) estabelece as situações em que o tratamento de dados pessoais é permitido, conforme o artigo 7º. Assinale a alternativa que não representa uma hipótese autorizada para o tratamento desses dados:

- A) Em todos os procedimentos realizados para tutela da saúde.
- B) Para atender obrigação legal ou regulatória a cargo do controlador.
- C) Quando houver consentimento expresso do titular dos dados.
- D) Para garantir a vida ou a integridade física do titular ou de terceiros.

6. Considerando as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, assinale a alternativa correta.

- A) Em caso de descumprimento das medidas, não será cabível o acordo de não persecução penal para o crime correspondente, ainda que a pena prevista o comporte.
- B) Possuem natureza jurídica de tutela inibitória e sua vigência se subordina à existência anterior de, ao menos, boletim de ocorrência, inquérito policial, processo cível ou criminal.
- C) Por possuírem natureza de medida cautelar pessoal preparatória, eventual reconhecimento de causa de extinção de punibilidade, arquivamento do inquérito policial ou absolvição do acusado origina, necessariamente, sua extinção.
- D) Podem subsistir sem a instauração de procedimento principal pelo prazo decadencial de 12 meses nos casos de ação penal privada ou ação penal pública condicionada à representação.

7) Considerando o disposto na Lei Maria da Penha e suas alterações, marque a alternativa correta.

- A) O delegado pode conceder medidas protetivas, que devem ser ratificadas pelo juiz em até 48h.
- B) Apenas o juiz pode conceder medidas protetivas de urgência.
- C) O Ministério Público é o único legitimado para requerer medidas protetivas.
- D) A autoridade policial apenas comunica o fato ao Poder Judiciário, sem competência para medidas.

8. Conforme dispõe o art. 12-C da Lei Maria da Penha, incluído pela Lei nº 13.827/2019, assinale a alternativa correta:

- A) O delegado de polícia pode conceder medidas protetivas de urgência, devendo estas ser confirmadas pelo juiz em até 48 horas.
- B) Somente o juiz possui competência para conceder medidas protetivas de urgência.



C) O Ministério Público é o único órgão legitimado para requerer medidas protetivas.

D) À autoridade policial cabe apenas comunicar o fato ao Poder Judiciário, sem competência para determinar medidas.

9. No Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o controle social é exercido por:

A) Conferências municipais bianuais.

B) Conselhos de Assistência Social, com paridade entre governo e sociedade civil.

C) Exclusivamente pelo Ministério Público.

D) Auditorias do Tribunal de Contas da União.

10. Sobre a teoria vinculada a responsabilidade civil do Estado, a Administração Pública se vincula: no Brasil segue a:

A) Teoria da culpa administrativa.

B) Teoria do risco administrativo com ação regressiva.

C) Teoria da mínima responsabilidade estatal.

D) Teoria de responsabilidade solidária.

11. Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), é considerado dado pessoal sensível:

A) Nome e endereço.

B) Informação sobre origem racial ou étnica

C) CPF e RG.

D) Histórico escolar.

12. Sobre a atuação advogado nos Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS), avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

() Investigar sobre a responsabilização dos violadores de direitos.

() Participar de ações de mobilização e enfrentamento às situações de violação de direitos.

() Assumir a responsabilidade de profissionais de outros órgãos como, de Delegacias, Sistema Prisional, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar.

As afirmativas são, respectivamente:

A) V – V – V.

B) F – V – F.

C) V – F – V.

D) F – F – F.



13. A escuta qualificada no CREAS deve ser realizada:

- A) Apenas por advogados integrantes da equipe técnica.
- B) Exclusivamente pelo Conselho Tutelar.
- C) Por profissionais capacitados.
- D) Apenas por servidores do Poder Judiciário.

14. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA):

- A) Executar medidas socioeducativas em meio aberto.
- B) Julgar atos infracionais praticados por adolescentes.
- C) Deliberar políticas, fiscalizar e decidir sobre registro de entidades.
- D) Exercer função de defensor público natural.

15. A responsabilidade civil do Estado por omissão em falhas na política de proteção social se classifica como:

- A) Subjetiva, exigindo comprovação de dolo ou culpa.
- B) Objetiva.
- C) Solidária, mas apenas se comprovada ação comissiva.
- D) Inexistente, pois omissões não geram responsabilidade estatal.

16. No âmbito do SUAS, a matricialidade sociofamiliar significa:

- A) O foco no indivíduo na estrutura familiar.
- B) A substituição da família pelo Estado.
- C) A descentralização exclusiva para ONGs.
- D) A centralidade na família como núcleo de proteção.

17. Os direitos humanos orientam as políticas públicas de assistência, sobretudo na proteção de grupos em situação de vulnerabilidade. Avalie as proposições:

- I. A universalidade dos direitos humanos pressupõe abrangência total, contemplando indivíduos de quaisquer origens étnicas ou condições socioeconômicas, com acesso irrestrito a oportunidades.
- II. O respeito à dignidade humana compreende a inclusão de grupos historicamente excluídos, priorizando estratégias específicas de valorização social.
- III. A efetivação dos direitos humanos prescinde da participação popular, pois cabe ao Estado definir prioridades e executar iniciativas de forma unilateral.
- IV. O enfoque dos direitos humanos sustenta a assistência social como política de garantia de direitos, superando visões de benemerência ou filantropia.



Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I e III.
- B) I, II e IV.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.

18. De acordo com a Constituição Federal, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade. Qual das opções a seguir não faz parte da seguridade social?

- A) Saúde.
- B) Educação.
- C) Previdência.
- D) Assistência social.

19. Sobre o tratamento de dados pessoais de crianças, de acordo com a LGPD, assinale a alternativa correta:

- A) O consentimento deve ser dado obrigatoriamente pelos dois pais.
- B) É necessário o consentimento específico e em destaque de pelo menos um dos pais ou do responsável legal.
- C) O controlador pode, de forma facultativa, disponibilizar publicamente informações sobre os dados coletados e sua utilização.
- D) O consentimento deve ser concedido exclusivamente pelos dois pais e, na falta de um deles, apenas por outro, não sendo válido o consentimento de qualquer outro responsável legal.

20. Sobre gênero e violência contra a mulher, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de Verdadeiro (V) ou Falso (F):

- () Entender as características das vítimas, agressores e fatores desencadeantes é essencial para ações de prevenção e assistência.
- () A violência doméstica é considerada apenas um problema social, sem relação com saúde pública.
- () A complexidade do fenômeno exige estratégias de intervenção em curto, médio e longo prazo.
- () A violência contra a mulher só começou a ser debatida após a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

Alternativas:

- A) V – V – F – F
- B) V – F – V – F
- C) F – F – V – V
- D) V – F – F – V